

**VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo
I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo**

Mercados Contestados – As novas fronteiras da moral, da ética, da religião e da lei 24, 25 e 26 de setembro de 2014 Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio)

**PNAE: um exercício de reciprocidade entre produtor e consumidor
a partir da Lei de Alimentação Escolar**

Juliana Dias¹
Monica Chiffolleau²

Resumo

A Lei de Alimentação Escolar (11.947/2009) abriu novo mercado para os agricultores familiares, apontando para soluções que encurtem a distância entre o lugar de produção e o lugar de consumo; e colaborem para formar paladares para alimentos tradicionais. No entanto, de acordo com o Plano Diretor do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº111/2011), o município é considerado “inteiramente urbano”. Com isso, os agricultores da cidade enfrentam obstáculos legais e jurídicos para participarem do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), importante processo de compra institucional. Na Zona Oeste ainda prevalece agricultura, onde comunidades tradicionais têm resistido mesmo com a falta de incentivos. Uma rede de solidariedade tem sido tecida na região, a Rede Carioca de Agricultura Urbana (RCAU), formada por mais de 30 organizações, que se mobilizam para dar visibilidade à agricultura do município. É uma ação de reciprocidade com quem cuida e preserva os resquícios da Mata Atlântica da cidade. Neste artigo, apontaremos como o PNAE pode propiciar uma relação de reciprocidade e solidariedade entre produtores e consumidores, com base na experiência da Escola Estadual Teófilo Moreira Da Costa, em Vargem Grande.

Palavras-chave: Agricultura; Solidariedade; Escola

¹ Doutoranda HCTE/UFRJ, conselheira Consea-Rio Email: juliana@malaguetacomunicacao.com.br

² Mestranda HCTE/UFRJ, conselheira Consea-Rio Email: monichiffolleau@yahoo.fr

1- Introdução

A escola tornou-se lugar estratégico para promover hábitos alimentares saudáveis, num cenário marcado pelos altos índices de obesidade infantil e doenças crônicas. Por isso, esse espaço emerge como um elemento chave no processo de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Desde 2009, a Lei de Alimentação Escolar (11.947, de 16/06/09) determina que, pelo menos, 30% dos alimentos adquiridos para a refeição dos escolares venha da Agricultura Familiar local, de preferência orgânicos ou agroecológicos. Esta legislação também incluiu a EAN no processo de ensino-aprendizagem, devendo perpassar o currículo.

O Brasil é referência na área de Alimentação Escolar com o PNAE, que existe desde 1955 e atende diariamente mais de 43 milhões de estudantes da Educação Básica. O recurso federal para as refeições é subsidiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que repassa para estados e municípios. Em 2014, o orçamento é de 3,5 bilhões, sendo que R\$ 1,05 bilhão deve ser investido na compra direta de alimentos e produtos de agricultores familiares³. O Responsável Técnico (RT) pelo funcionamento do programa e elaboração dos cardápios é o nutricionista, que está ligado à Secretaria de Educação de cada município ou unidade federativa.

Em 2013, a Resolução N°26 da referida lei definiu a Educação Alimentar como “um conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional” (art. 13). A norma passou a considerar o alimento como ferramenta pedagógica. Nesse sentido, a ampliação do significado de EAN permite uma articulação mais integrada, com outros segmentos da sociedade civil, que não dependa só da escola ou de nutricionistas, mas que engaje outras entidades e profissionais interessados na educação do gosto. Identificamos que o PNAE pode ser uma perspectiva relevante para os estudos do consumo, pois dá centralidade à educação alimentar e privilegia a produção local. Ou seja, possibilita que desde a Educação Infantil (crianças em idade de 0 a 6 anos), seja exercitada a aproximação entre os cidadãos de que plantam e os que consomem seus alimentos, estimulando a consciência sobre o território de produção de comida, como lugar de produção de memória, identidade e saberes.

As mudanças na refeição dos alunos também incorporam preocupações com o aumento da obesidade infantil no país, que já chega a 20% da população. A quantidade máxima de sódio em uma refeição escolar é de 400 mg. Os doces ou preparações doces, por sua vez, ficaram limitados a duas porções por semana, sendo que cada uma não pode ter mais do que 110 kcal. O PNAE também aumentou o leque de produtos proibidos na Alimentação Escolar. Além de refrigerantes e refrescos artificiais, estados e municípios não podem comprar com os recursos do FNDE bebidas e concentrados à base de xarope de guaraná ou groselha, chás prontos para consumo e outras bebidas similares.

³ www.fnde.gov.br

A resolução define que a porção das refeições deve ser diferenciada por faixa etária dos alunos, e oferecer no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana. O cardápio deverá ainda atender às restrições alimentares como doença celíaca, diabetes, hipertensão, anemias, alergias, intolerâncias alimentares, entre outras. Uma medida que agrada os alunos é a possibilidade de aprovar o cardápio. Antes que um novo alimento – ou quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo - entre no cardápio, eles devem ser consultados para saber se aprovam ou não. Além disso, o teste de aceitabilidade sobre as refeições deverá ser aplicado com frequência.

O sociólogo francês Claude Fischler⁴ comentou que nos últimos anos tem se dedicado a pesquisas sobre alimentação no contexto escolar. De acordo com o autor, a sociedade depende da escola para a educação alimentar das crianças. Por isso, o tema está em alta nas pesquisas acadêmicas, em congressos científicos e debates com lideranças políticas internacionais, como a primeira-dama dos Estados Unidos Michelle Obama; e a chef norte-americana, Alice Waters, idealizadora do projeto *Edible Schoolyard*⁵, que influenciou diretamente o posicionamento de Michele neste campo. Trata-se de uma nova área de investigação e debates, que no Brasil está sendo estudada em diversas áreas de conhecimento. Fischler aponta que, antes, não comer era um problema; agora, se configura num desafio diário e ameaçador.

2 - Panorama das políticas de desenvolvimento da agricultura no Brasil

Motivado pela industrialização acelerada do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o governo brasileiro implantou uma série de políticas públicas com a finalidade de promover o desenvolvimento da agricultura. Um dos principais instrumentos utilizados pelo foi a política de crédito rural com taxas de juros negativas, dirigida especialmente aos médios e grandes produtores, que trouxe como consequência o aumento da concentração de terra e de renda no campo. Estima-se que cerca de 16 milhões de pessoas deixaram o campo na década de 1970 (BAVARESCO, 2012, p.1).

Este modelo industrialização pode ser encontrado como um padrão mundial, como foi sinalizado pelo escritor estadunidense Harry Braverman, que descreve no seu livro *Trabalho e Capital Monopolista*, como grandes massas de trabalhadores devem estar disponíveis para serem lançadas nos pontos decisivos sem prejudicar a produção em outros ramos. E com a industrialização da fazenda e das tarefas domésticas, veio a sujeição desses novos trabalhadores a todas as condições do modo capitalista de produção. De acordo com o autor, a maneira pela qual essa transição foi efetuada inclui uma multidão de fatores inter-relacionados. Em primeiro lugar, o condicionamento urbano, o qual fecha-se em torno do trabalhador, e em torno do agricultor expulso da terra, e os confina nas circunstâncias que impedem as antigas práticas de auto abastecimento (p.234). Braverman sinalizou ainda que:

⁴ Comunicação oral durante o I Congresso *Comer en la Escuela*, realizado em Barcelona, na Espanha, em maio de 2012

⁵ www.edibleschoolyard.org

“A população das cidades, mais ou menos excluída do meio natural pela divisão entre cidade e campo, torna-se inteiramente dependente do artifício social (cidade) para cada uma de suas necessidades, enquanto a população é comprimida cada vez mais apertadamente junto com o ambiente urbano, a atomização da vida social continua aceleradamente” (BRAVERMAN, 1974, p.235).

Esta visão coincide com o filósofo francês Jacques Ellul que fala sobre a plasticidade do meio social, e como a ruptura de grupos sociais que é causada ao arrancar as pessoas do seu meio para levá-las nas cidades, suas vidas tradicionais são destruídas (1968, p.53).

Trazendo este contexto para a realidade brasileira, encontramos a descrição feita por Queiroz (2009) de uma categoria rural esquecida. Ao sinalizar as consequências da emigração ou a penetração da civilização moderna no interior dos estados, ela ressalta o fato que, indo para a cidade, os agricultores abandonam a agricultura de subsistência, sendo obrigados a trabalhar para terceiros. A posição social dos sítiantes também se altera, passando de uma estrutura igualitária, como no mundo rural, integrando-se em uma estrutura diferente, estratificada em vários graus, segundo o poder econômico, e nela vão ocupar o nível inferior da escala social.

“Passam a viver num mundo em que o homem não galga posições pelas suas qualidades intrínsecas, reconhecidas pelos que o rodeiam e o conhecem de perto; mas sim pelo poder econômico que soube enfiar nas mãos, adquirido seja como for. Além da degradação econômica, sofrem os sítiantes também degradação social. Passam a viver, outrossim, num universo para o qual não foram preparados, pois os valores da vida rural são inteiramente diferentes dos valores da vida urbana” (QUEIROZ, 2009, p.66).

Até 1994 não havia no Brasil uma linha de crédito específica para a Agricultura Familiar. Para produzir, os agricultores tinham que disputar o crédito rural oficial com os médios e grandes produtores. Nesta época, a pressão dos sindicatos e das federações dos trabalhadores na Agricultura Familiar, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de outras organizações rurais foi fundamental para dirigir futuras políticas públicas para os menos favorecidos do campo (BAVARESCO, 2012, p.2).

De acordo com o sociólogo espanhol Manuel Castells, para que as redes de contrapoder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas têm de reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer dimensão que pretendam mudar, introduzindo-se nos programas das instituições (p.21).

Além da ótica de movimentos em rede podemos entender como, ao início dos 1980, os movimentos sociais do campo passam a se organizar e ganhar apoio de diferentes outros atores sociais como ONGs, organizações ligadas a igrejas, universidades e entram na luta para garantir o direito de posse e permanência na terra; produzir mais e com sustentabilidade; manter o sustento de suas famílias e gerar renda, tecendo redes de solidariedade que defendem outro modelo de produção.

Em meados da década de 1990, foi criada o programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), primeira política pública brasileira destinada aos agricultores familiares. Em 2003, com o programa Fome Zero, a Agricultura Familiar passa a ser considerada ainda mais estratégica, devido a seu papel no abastecimento alimentar interno do país; e a sua capacidade de resposta, mesmo em períodos de crises globais de alimentos.

O processo de fortalecimento desse modelo agrícola ampliou-se em 2009, com a Lei 11.947, com forte participação das organizações sociais, especialmente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). O PNAE é uma excelente oportunidade para conectar campo-cidade, resgatar uma relação mais próxima com quem produz o alimento e revigorar a economia local, por meio de compras públicas. Do ponto de vista educacional, os alunos da Educação Básica podem conhecer a origem do prato que chega à mesa diariamente; e a escola pode levar essa reflexão para a sala de aula, com ações educativas que fomentem a discussão sobre o sistema alimentar moderno, estimulando escolhas autônomas e engajadas. Consideramos essa política pública como um exercício de reciprocidade e solidariedade, que pode aproximar produtores e consumidores para as futuras gerações que a cidade terá de alimentar.

3 - A realidade sobre o fornecimento de alimentos locais nas escolas do município de Rio de Janeiro

Até 1994, a compra do alimento para a Alimentação Escolar era feita de forma centralizada, em nível federal. Os gestores federais eram responsáveis por todo o processo desde a formulação do cardápio – único para todo o país ignorando-se os hábitos alimentares de cada região e suas especificidades. A partir de 1994, o programa passou a funcionar por meio de convênios com estados e municípios e, em 1999, via transferência automática. Atualmente, o programa é coordenado pelo governo federal, mas quem coloca as ações em prática são as Entidades Executoras (EEs): Estados e municípios. O valor a ser repassado para a EE é calculado baseado no número de alunos que consta no Censo Escolar do ano anterior ao do atendimento, considerando 200 dias e um valor percapita que varia por período escolar, faixa etária e características culturais. Para creches e Ensino Integral, o valor por estudante é de R\$ 1; na pré-escola, R\$ 0,50; no Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos, R\$ 0,30; Escolas indígenas e quilombolas, R\$ 0,60; e Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90. Esse valor repassado pelo FNDE pode e deve ser complementado pelos estados e municípios.

Desde o ano 2011, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar (Consea-Rio), por meio da Câmara Temática “Desenvolvimento nas Estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional”, está empenhado em acompanhar a efetivação dessa política. Uma ideia corrente é a de que o município do Rio de Janeiro não tem agricultura – ou seja, não há espaço para a produção local. Com isso, a compra de alimentos da agricultura urbana é dificultada, o que leva os gestores da Alimentação Escolar a buscar alimentos fora do município e do Estado para cumprir a determinação dos 30%, conforme prevê a Lei 11.947. No entanto, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo Agropecuário de

2006, existem no município fluminense cerca de 1.054 estabelecimentos agropecuários, dos quais 790 (o que corresponde a 75%) são estabelecimentos da Agricultura Familiar, ocupando uma área de 2.994 hectares na cidade. Com base nesses dados, em 2010 o Consea-Rio foi a campo mapear as iniciativas de Agricultura Urbana e Educação Alimentar e Nutricional. Neste mapeamento, foram incluídas iniciativas a sociedade civil e do poder público nas esferas municipal, estadual e federal.

O mapeamento começou com agricultores familiares (em especial os agroecológicos) e a agricultura urbana, que abrange cultivos em pequenas áreas dentro da cidade, destinadas à produção para consumo próprio, ou para a venda em pequena escala, em mercados locais. Num momento seguinte, foram incluídas também experiências com consumo consciente e solidário (compras diretas, feiras orgânicas e de produtores); com Educação Alimentar e Nutricional; e culinária comprometida com alimentação saudável, o prazer e a valorização da cultura. A pesquisa localizou 199 iniciativas no Rio de Janeiro, porém pouco conhecidas e articuladas.

Com o mapeamento, sentiu-se a necessidade de organizar um Grupo de Trabalho (GT) para pensar propostas de fortalecimento destas iniciativas. Ao longo do primeiro semestre de 2011, foram realizadas cinco oficinas com os representantes desses projetos. Os encontros permitiram uma aproximação da realidade do município do Rio, e trouxeram subsídios e questões para serem debatidas na III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrida em julho do mesmo ano. De maneira geral, as iniciativas de produção agrícola existentes precisam ser mais conhecidas e valorizadas. Há pouco reconhecimento da agricultura pelos poderes públicos, e a maioria das iniciativas enfrenta muitas dificuldades, seja por falta de apoio, recursos ou pessoas. Dentro das questões debatidas apareceu a dificuldade de acessar as políticas públicas direcionadas a agricultura familiar, um dos grandes entraves era o acesso ao a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, um documento de identificação dos agricultores familiares, indispensável para poder acessar políticas direcionadas a tal público.

Para Manuel Castells, que analisou as manifestações que aconteceram no mundo a partir da Primavera Árabe, os movimentos sociais em rede estão propondo em sua prática é uma nova utopia no cerne da cultura da solidariedade em rede: a utopia da autonomia do sujeito em relação às instituições da sociedade (CASTELLS, 2012, p.166). Na cidade de Rio de Janeiro, encontramos esta proposta na Rede Carioca de Agricultura Urbana (RCAU), formada por mais de 30 organizações, através do fortalecimento dos agricultores da cidade está Rede visa o empoderamento e reconhecimentos dos agricultores como sujeitos autônomos.

A RCAU se reúne para debater, praticar e fortalecer a agricultura nos espaços urbanos, e Peri urbanos incentivando o cultivo e o consumo de alimentos saudáveis, valorizando os conhecimentos tradicionais relacionados à agricultura e à saúde, bem como o aproveitamento dos recursos locais. Ela envolve também os agricultores do município, enfraquecidos e invisibilizados pelo não reconhecimento da existência de uma

área rural na cidade. Na RCAU aparece como elemento constitutivo a cultura de solidariedade que está permitindo visibilizar e acompanhar os agricultores do município, reivindicar sua atividade produtiva e o seu território, encontrando na Lei 11.947 uma oportunidade de fortalecer sua luta.

4 - Agricultura na Cidade Maravilhosa: o Sertão Carioca

O chamado Sertão Carioca faz parte da memória, da literatura e da consciência daqueles que reivindicam sua existência. Embora a origem do termo sertão seja relacionada às características agrícolas e rurais, certamente esta denominação foi celebrizada pela obra Sertão Carioca, de Armando Magalhães Corrêa (1936) - um naturalista autodidata - que na década de 30 descreve a fauna, a flora, a geografia e os tipos humanos que habitavam esta região.

Também podemos encontrar no Sertão Carioca, retratado por Corrêa, a poucos quilômetros da capital do país, uma realidade sertaneja, que, para ele, seria o retrato da maior parcela da sociedade brasileira: pobre, abandonada à própria sorte, que garantia seu sustento com materiais extraídos das matas e através de uma pequena agricultura.

As regiões de sertão ficaram “abandonadas” durante séculos. Eram áreas pouco visitadas, porém tinham uma importância estratégica para os portugueses. Foram nestas áreas que a agricultura foi se desenvolvendo, principalmente com a perspectiva de abastecer a área central (SOUZA, 2013, p. 3-4).

Hoje, o Sertão Carioca é definido pelos bairros que ainda preservam as características naturais, culturais e históricas, inventariadas por Correia. São eles: Barra da Tijuca, Recreio, Vargem Grande, Vargem Pequena, Piabas, Pontal, Pedra, Barra e Ilha de Guaratiba, Grumari, Prainha, Pau da Fome, Camorim e Jacarepaguá. Nestas áreas podemos encontrar casas de fazenda, senzala e quilombos, inscrições rupestres, sambaquis, fortificações e açudes. Entre a população encontra-se agricultores tradicionais, artesãos, pescadores, tropeiros, descendentes de quilombolas e caboclos urbanos.

O Sertão Carioca era responsável pelo fornecimento de gêneros alimentícios, e outros produtos primários, para toda a cidade. O transporte era feito em lombo de burro por trilhas que cortavam a Mata. A prática persiste até hoje. O sertão foi sendo aos poucos ocupado, e durante o período colonial estabeleceu-se como uma região propícia ao desenvolvimento de monoculturas, entre elas a cana-de-açúcar, o café e a laranja. Até o início do século XX, a Zona Oeste era considerada como área rural (SOUZA, 2013, p.4).

No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro, com meio milhão de habitantes, importante centro comercial da produção agrícola e principal porto de escoamento de mercadorias, também acumulava a função de Distrito Federal. Possuía uma burguesia, proveniente da produção agroexportadora, com destaque para o café que, baseada em parâmetros europeus de urbanização reivindicava por uma cidade com mais conforto.

Um primeiro Plano Diretor foi encomendado ao arquiteto francês Alfred Agache o qual foi entregue em 1930, outros planos sucederam os quais reconheciam a Zona de produção agrícola do município, até que no ano 1976, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, um novo zoneamento foi proposto pelo arquiteto Lucio Costa foi incorporada definitivamente na legislação urbana pelo Decreto nº 324, de 3 de março. Neste novo zoneamento não é mais considerada a Zona Rural da Cidade que passa a ser Zona Residencial, Sub Zona Residencial 6, definindo como uso edificação unifamiliar, lotes com o mínimo de 10.000m² e o máximo de 50.000m² (BORGES, 2007, 110-124).

Dois anos antes, em 1974, a invisibilidade da agricultura na região foi reforçada pelo fato que no Maciço da Pedra Branca uma parcela substantiva do território foi transformada no Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB). A partir dessa data, a veiculação de representações e imagens desse espaço como uma floresta intocada se tornou dominante, o que favoreceu o esquecimento da história da ocupação agrícola do maciço e o não reconhecimento da luta dos agricultores pelo direito de permanecer nesse território, conciliando suas práticas agrícolas com a conservação da natureza. A agricultura da cidade, ou seja, o território de produção e abastecimento era, assim, invisibilizado no Plano Diretor da cidade e interdito no Maciço da Pedra Branca. A zona agrícola começou a ser denominada Zona Oeste, os sertanejos, porém ficaram lá, abandonados pelas políticas e lutando para garantir o seu sustento.

Muitas dessas famílias, que estão na região há mais de um século e dependem da renda das atividades agrícolas, vêm sofrendo com a expansão urbana, com as transformações nas relações de produção e de mercado e, sobretudo, com as restrições de órgãos ambientais, orientados por uma perspectiva de incompatibilidade entre a presença humana e a conservação da natureza. Muitas já venderam suas propriedades que hoje se transformaram em grandes condomínios residenciais, aumentando fortemente o impacto ambiental na região.

5 – PNAE: uma oportunidade de dar visibilidade a agricultura da cidade

Como foi mencionado anteriormente a DAP é o documento de entrada para acessar as políticas públicas dirigidas aos agricultores familiares, porém só em junho de 2012 o primeiro agricultor da antiga zona agrícola da cidade teve acesso a este direito. Alguns agricultores da região já conheciam o documento e os direitos que este concedia, porque haviam participado de uma capacitação em 2005 realizada pela Prefeitura, apesar do empenho da Prefeitura os agricultores envolvidos não obtiveram o documento.

Em 2008, o Projeto Profito/Fiocruz, desenvolvido pela Plataforma Agroecológica de Fitomedicamentos (PAF/ Farmanguinhos/ Fiocruz) iniciou o trabalho com três associações de agricultores localizadas no Maciço da Pedra Branca. O projeto que visava capacitar estes grupos para a produção de plantas medicinais no âmbito de implantação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Assim, os agricultores reativaram o interesse pela produção local, mas novamente o direito lhes foi negado, eles não tiveram ambiente propício a esta luta que não era escopo do projeto da Fiocruz. A luta foi assumida pela RCAU.

Pelo menos dois diretores de escolas estaduais da região também contribuíram indiretamente para que se reanimassem a luta para o acesso a DAP. As chamadas públicas nas escolas estaduais da região "concretizaram" o sentido do documento, aproximando-o da realidade dos agricultores da zona oeste do Rio. Outros grupos, pessoas e organizações foram se juntando no caminho, procurando soluções para os diversos e sérios problemas enfrentados pelos agricultores do município do Rio de Janeiro.

Dentro da RCAU foi articulado um grupo identificado como Mutirão Pró-DAP, que envolveu projetos de assessoria, agricultores e grupos que apoiam a agricultura na cidade: o Projeto Semeando Agroecologia (AS-PTA), o Profito (Farmanguinhos/FIOCRUZ), o Programa de Extensão Ampliação e Fortalecimento das Atividades Agroindustriais dos Agricultores da Pedra Branca, vinculado à Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a Rede Ecológica (Grupo de compras coletivas de produtos orgânicos).

Esse grupo, reunido a partir de outubro de 2011, elaborou algumas estratégias e definiu um plano de ação que teve como diretriz orientar os agricultores sobre o acesso a esse direito. O plano envolveu a realização de um breve diagnóstico da propriedade de sete agricultores, de um total de cerca de 120 que plantam em áreas agrícolas do Maciço da Pedra Branca. Entre eles, foram levantadas as informações que poderiam enquadrá-los nos critérios de emissão da DAP: a documentação e o tamanho da propriedade; o local de moradia; a mão de obra utilizada; e a composição da renda. Os resultados apontaram que cinco agricultores têm a renda exclusivamente oriunda da atividade agrícola, enquanto que, no caso dos demais, a renda agrícola representa cerca de 90% dos ingressos familiares⁶.

Com esse diagnóstico, e em companhia dos agricultores, o Mutirão Pró-DAP procurou o escritório local do órgão estatal de Ater em Campo Grande, bairro do Rio de Janeiro. O intuito foi estabelecer uma relação de diálogo que possibilitasse a emissão dos documentos, tendo em vista que, com exceção de problemas de documentação da titularidade da terra de alguns agricultores, os demais critérios para emissão da DAP são contemplados por todos os sete produtores visitados. Dessa forma, os agricultores foram orientados sobre a adequação da documentação e os procedimentos necessários para que suas DAPs fossem regularmente emitidas.

Certamente esses são casos que demonstram a necessidade de as políticas reconhecerem a heterogeneidade e a especificidade dos diferentes caminhos do desenvolvimento da Agroecologia no país. De acordo com Manuel Castells a mudança só pode ocorrer fora do sistema, mediante a transformação das relações de poder, que começa na mente das pessoas e se desenvolve em forma de redes construídas pelos projetos dos novos atores que constituem a si mesmos como sujeitos da nova história do processo (p.166). Quando analisamos a primeira venda dos agricultores da Zona Oeste da cidade a uma escola estadual, entendemos como os agricultores do município se tornam sujeitos da nova história. No dia 27 de junho de 2012, com uma primeira DAP emitida, eles estavam reafirmando a existência da agricultura familiar na cidade. No mês

⁶ Revista Agriculturas, v. 9 - n. 2, setembro de 2012.

de setembro do mesmo deram início à comercialização para uma escola. O agricultor Pedro Mesquita, da Associação de Agricultores Agrovargem, conseguiu firmar um contrato de venda dos seus produtos para a Alimentação Escolar do Colégio Estadual Prof. Teófilo Moreira, em Vargem Grande. Foram entregues 10 quilos de abóbora, 10 quilos de banana, 10 quilos de aipim e 5 quilos de abobrinha abrindo oportunidade para que outras famílias agricultoras do Maciço da Pedra Branca também comercializarem com as escolas públicas da rede estadual de ensino, sendo um exercício da visibilidade, da valorização e da continuidade dessas famílias.

É importante esclarecer que a compra de alimentos para a refeição escolar é feita de forma diferenciada no município e no estado do Rio de Janeiro. Na rede estadual, a aquisição de gêneros alimentícios é descentralizada, ou seja, a escola tem autonomia para efetuar a compra, respeitando os critérios previstos na Lei 11.947. O Estado do Rio tem uma Coordenação de Alimentação Escolar, responsável pelas chamadas públicas com os alimentos que deverão ser comprados pelas unidades escolares. A coordenação, formada por uma equipe de nutricionistas, responde pela elaboração dos cardápios e fiscalização do programa. Esse modelo tem a vantagem de permitir ao gestor escolar identificar os alimentos e produtos locais de seu bairro, ou a região mais próxima, e estabelecer uma relação direta. Para fins deste artigo, apresentaremos o estudo de caso do colégio Teófilo Moreira, uma antiga escola agrária. No município, a compra é centralizada, feita pelo Instituto Annes Dias (INAD).

A primeira DAP emitida na Zona Oeste desencadeou um processo de ação comunicativa entre os agricultores da região, que tem induzido uma ação e mudança coletiva. Depois de anos sem acessar os direitos de Agricultores Familiares, a emissão da primeira DAP traz o aparecimento da mais poderosa emoção positiva, o entusiasmo, que reforça a mobilização intencional. Como sinalizado pelo Manuel Castells, indivíduos entusiasmados, conectados em rede, transformam-se num ator coletivo consciente. (p.158). Em 2014, mais cinco projetos de venda foram apresentados para as escolas estaduais, e uma nova conquista da agricultura da cidade aconteceu quando o agricultor Francisco Caldeira de Souza da Agrovargem, foi eleito como presidente do Consea-Rio, o que dá visibilidade as lutas do agricultor da cidade para acessar políticas como o PNAE. O acesso ao programa vai além de gerar renda e fixar o trabalhador no campo, cria oportunidades para o diálogo entre o rural e o urbano; e a possibilidade de formar paladares regionais, que busquem escolhas conscientes a fim de transformar o atual sistema alimentar moderno.

6 – PNAE: um exercício de reciprocidade: Escola Estadual Teófilo Moreira da Costa

De acordo com o professor Carlos Motta, diretor do C. E. Prof. Teófilo Moreira da Costa desde 2002, esta unidade escolar vem desenvolvendo uma integração com os movimentos sociais do entorno. Motta sinaliza que, devido ao fato da região de Vargem Grande possuir uma forte Agricultura Familiar, foi estabelecida uma parceria, visando desdobrar a teoria escolar em práticas norteadas pela proposta agroecológica. “Assim,

problemas da região são debatidos, visando possibilidades de solução, com a participação de políticos, universidades e os atores sociais do bairro; desenvolvemos atividades extra classe (produção de vídeos e oficinas culturais) voltadas às questões da região. Estamos portanto, resgatando a história do Colégio Teófilo que foi construído no início da década de 60 como escola rural. Construímos um Projeto Político Pedagógico(PPP) buscando integrar conteúdos e práticas relacionadas a questão do trato sustentável das lavouras e as condições de trabalho dos agricultores e as condições de vida das comunidades da região.”

Após a consolidação da lei do PNAE, o papel do diretor foi o de incentivar os agricultores a buscarem a regulamentação documental, através da solicitação da DAP, para oficializar a compra de gêneros em 2012. Nesse sentido, possibilitou também aos agricultores uma maior resistência frente a especulação imobiliária em curso na Zona Oeste do Rio.

A escola tem 400 alunos matriculados no Ensino Médio Regular e na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), no turno da noite, já que no período da manhã a escola funciona para o município, modelo conhecido como “escola compartilhada”. A frequência no refeitório é de 60%, número bastante expressivo, pois apesar das mudanças na Alimentação Escolar, a ida ao refeitório, em muitas escolas e dependendo da faixa etária, ainda representa um demérito para alguns alunos. Fica restrito a quem precisa e não tem o que comer em casa. Esse legado é fruto do histórico do PNAE que inicialmente tinha caráter apenas assistencialista, ou seja, matar a fome.

De acordo com o professor Carlos, a demanda é atendida plenamente. Sendo comprados em torno de 35% da verba recebida, ou seja, ultrapassando os 30% que é colocado como mínimo. Os alimentos adquiridos são: Banana, aipim, abóbora, abobrinha e chuchu. Nesse sentido, escola reconhece os esforços dos trabalhadores da Agricultura Familiar, e temas como a economia solidária e a agroecologia são discutidos nas aulas de sociologia, geografia e biologia, visando fortalecer conceitos relacionados à solidariedade, ao consumo sustentável e a economia local. Trabalhos de campo são realizados, visitando hortas e pomares da região, testemunhando questões trabalhadas em sala como: o trabalho cooperativado, o manejo ecológico de espécies e a importância do mercado local para a produção familiar. “A escola que se propõe cidadã, deve construir a consciência crítica através da realidade local. A Alimentação Escolar, composta de alimentos orgânicos da agricultura familiar possibilita mostrar de maneira prática, que existem alternativas ao modelo promovido pelas empresas transnacionais e seus agrotóxicos e sementes transgênicas, justificando assim a ampliação do significado do aprendizado alimentar, em busca de uma articulação mais integrada, que engaje a comunidade escolar e a sociedade civil”, justifica o diretor⁷.

O professor Carlos sinalizou ainda que Agricultura Familiar é uma “resistência ao modelo criminoso e ganancioso da agroindústria e esta luta não pode ficar distante da escola, contribuindo para a formação de cidadãos solidários, que se preocupam com a economia local ao mesmo tempo em que prezam por uma

⁷ Entrevista concedida às autoras, por e-mail, para este artigo.

alimentação saudável”. Fruto desta parceria, a Escola participou da Caravana de Agroecologia de Rio de Janeiro, rumo ao III Encontro Nacional de Agroecologia, permitindo a participação de um dos estudantes da escola para este importante encontro político que reuniu mais de 2 mil agricultores de todas as regiões do país em Juazeiro(BA) nos dias 16 e 19 de maio de 2014. Este relato de experiência, aponta para relevância em produzir sentido na Alimentação Escolar, como ferramenta pedagógica para os desafios contemporâneos.

7 - Conclusão

O PNAE como política estruturante abre assim uma possibilidade para reivindicação do território de produção de alimentos na cidade de Rio de Janeiro e para a educação do gosto para alimentos tradicionais, na qual como nas cidades mais urbanizadas, vem perdendo espaço e visibilidade. O PNAE está permitindo reconhecer os locais de Agricultura Familiar da cidade, os saberes tradicionais, a memória como bem comum dos cidadãos, que residem na cidade e no campo. Trata-se de uma abordagem para estreitar o vínculo entre o lugar de cultivar o alimento e o lugar de consumo; um reencontro com a identidade, empreitada desafiadora no mundo contemporâneo, onde a cultura alimentar, o abastecimento das cidades e o território são categorias norteadoras para repensar o modo de produzir, distribuir, consumir e divulgar alimentos.

O sociólogo Castells denomina "autocomunicação de massa" a plataforma tecnológica para construção de autonomia do ator social, que pode ser considerado uma comunicação pós-mídia. Ela está baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet; e mais ainda, nas redes de comunicação sem fio. De acordo com Castells, é necessária consonância cognitiva entre emissores e receptores. Esta reflexão foi trazida pelo autor estudando os movimentos *occupy*, os quais levaram as redes como atores sociais a sentir a necessidade de construir um espaço público, criando comunidades livres no espaço urbano, ocupando o espaço e reivindicando o direito a cidade da qual foram expulsos pela especulação e burocracia municipal. (p.12-15, p.158)

A construção da autonomia do indivíduo e a conexão em rede de indivíduos autônomos para criar novas formas de vida compartilhada foram as motivações principais dos movimentos (p.101). Analogamente na luta dos agricultores familiares da RCAU, que levam anos reivindicando seu território, procuram a autonomia, inseridos na agroecologia. Eles aceitam a lentidão do processo e se preparam para uma longa jornada, pois a falta de pressa é uma virtude, que permite autorreflexão, torna possível corrigir erros e fornece espaço e tempo para desfrutar o processo de transformação do planeta como prelúdio à celebração do novo mundo que se está construindo (p.116). A agricultura agroecológica visa a sustentabilidade, o que importa é mais o processo que o produto. Este processo permite a criação de um fórum permanente de solidariedade.

Um exemplo de autonomia que podemos encontrar é o recente reconhecimento oficial no mês de agosto da comunidade do Cafundá Astrogilda (Vargem Grande) pela Fundação Palmares como Comunidades

Tradicionais Descendentes de Quilombolas. Foi a iniciativa da comunidade querer obter o título, que implicou muita luta, várias reuniões, muita articulação, e o trabalho incansável dos membros pela defesa do seu território, de suas costumes, e do seu modo de viver.

A cultura da solidariedade aparece constantemente neste território, vínculos que se reforçam cada ano. Outro exemplo é o Tira Caqui, mutirão social e cultural que propõe a coleta do caqui de algum dos sítios dos agricultores, levando socialização e alegria, alguns consumidores da Rede Ecológica (compras coletivas) participa, fortalecendo redes e laços tecidos entre os cidadãos que consomem e produzem.

De acordo com o sociólogo brasileiro Antônio Candido, o mutirão constitui uma das formas de solidariedade. As várias atividades da lavoura e da indústria doméstica constituem oportunidades de mutirão, que solucionam o problema da mão-de-obra nos grupos de vizinhança (por vezes entre fazendeiros), suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar. E o aspecto festivo, de que se reveste, constitui um dos pontos importantes da vida cultural do caipira. (CANDIDO,1994, p.194)

Candido aponta que a necessidade de ajuda, imposta pela técnica agrícola, e a sua retribuição automática determinavam a formação de uma rede ampla de relações, ligando os habitantes do grupo de vizinhança uns aos outros e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional. Esse caráter, por assim dizer, inevitável da solidariedade aparece talvez ainda mais claramente nas formas espontâneas de auxílio vicinal coletivo, que constituíam modalidade particular do mutirão propriamente dito, hoje vivenciado pelas articulações da RCAU, para acesso a políticas públicas, por meio do Mutirão Pro-DAP e Sistema Participativo de Garantias, entre e outras necessidades dos agricultores familiares da cidade. Assim as formas de solidariedade continuam presentes, ressignificando-se e apoiando os atores que se interligam nas redes tecidas nos territórios agrícolas que nunca deixaram de existir. E essas redes, quando exercitadas no ambiente escolar, instrumentalizadas por um aparato legal, nos indica um caminho promissor, porém árduo, para formar cidadãos que compreendam a centralidade do alimento para transformar a realidade.

Referências Bibliográficas

BRAVARESCO, P. Agricultura familiar brasileira no Programa Nacional de Alimentação Escolar: garantia de mercado aos agricultores e de segurança alimentar e nutricional aos alunos da rede pública de ensino.

Disponível em

http://www.rlc.fao.org/fileadmin/templates/fondobrasil/documentos/Foro_expertos/Articulos/Artigo_Pedro_Bavaresco.pdf.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista*. Nova York, Estados Unidos: Review Press, 1974.

CANDIDO, A. As formas de solidariedade. In: *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Camponeses brasileiros vol. 1. Leituras e interpretações clássicas. Capítulo (p.193 a p.203) São Paulo: Editora da Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009.

CASTELLS, M. *Redes de Indignação e Esperança*. Rio de Janeiro – Brasil: Jorge Zahar, 2012.

DIAS, J. R. C. O lugar da comida na escola: interseções com alunos futuros professores sobre alimentação, cultura e sociedade. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Saúde) - Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ELLUL, J.A Técnica e o Desafio do Século. Rio de Janeiro - Brasil: Editora Civilização Brasileira, 1968.

QUEIROZ, M. I. P. Uma categoria rural esquecida. *Camponeses brasileiros*, vol. 1, p57-p72. Leituras e interpretações clássicas. S. Paulo: Editora da Unesp; Brasília, DF: Nead. Coleção História Social do Campesinato brasileiro, 2009.

PRADO, B; FERNANDES, A; MATTOS, C. Agricultores do Maciço da Pedra Branca (RJ): em busca de reconhecimento de seus espaços de vida, Disponível em <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2012/10/artigo-1.pdf>

SOUZA, S. M. Do “sertão” à Urbanização do bairro Campo Grande- Rio de Janeiro: uma análise dos impactos socioambientais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Discente Curso de Geografia e Bolsista do Programa de Educação Tutorial (MEC/SESU) http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Michele-Souza-da-Silva.pdf.